

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.586 - AL (2019/0343043-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DE ALAGOAS**  
**ADVOGADOS** : **JÚLIA LENITA GOMES DE QUEIROZ - AL009667**  
: **RAFAELA DA SILVA CORREIA CAVALCANTE LINS - AL013226**  
**SOC. de ADV.** : **JÚLIA QUEIROZ & ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**RECORRIDO** : **UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo SINDICATO DOS POLICIAIS FEDERAIS NO ESTADO DE ALAGOAS, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. TRIBUTÁRIO. RENOVAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. POLICIAIS FEDERAIS. INATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Trata-se de apelação interposta em face da sentença que julgou procedente o pedido para assegurar aos servidores inativos substituídos pelo Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Alagoas a isenção do pagamento das taxas previstas pelo § 2º do art. 11 da Lei nº 10.826/03. Condenou, ainda, a ré a se abster de cobrar dos substituídos inativos a referida taxa e a restituir os valores cobrados nos últimos 5 (cinco) anos.

2. A sentença deve ser reformada. Destaque-se que a discussão ora tratada se resume apenas à possibilidade de expedição ou de renovação do porte de arma de fogo, por policiais inativos, sem o pagamento da taxa prevista no art. 11 da Lei nº 10.286/03, inexistindo qualquer controvérsia acerca do direito ao porte de arma de fogo pelos referidos agentes e à sua renovação.

3. Não se vislumbra qualquer ilegalidade na cobrança da referida taxa. Assegurado o porte da arma de fogo (e a sua renovação) ao policial, porque este leva consigo os riscos a que se submeteu ao longo da sua vida funcional, a isenção ao pagamento da taxa não tem razão, eis que a arma de fogo passa a ser utilizada, não mais, no exercício da função pública, e sim, para a sua defesa pessoal.

4. A Lei nº 11.706/08, que instituiu o benefício da isenção da taxa, modificou o § 1º do art. 6º do Estatuto do Desarmamento, que passou a ter a seguinte redação: '*As pessoas previstas nos incisos I,II,III,V*

*e VI do caput deste artigo terão direito de portar arma de fogo de propriedade particular ou fornecida pela respectiva corporação ou instituição, mesmo fora de serviço, nos termos do regulamento desta Lei, com o dispositivo validade em âmbito nacional para aquelas constantes dos incisos I, II, V e VI'. Por sua vez, assegura aos agentes públicos ligados à atividade de segurança, o direito de portar arma, inclusive, de propriedade particular, mesmo estando fora do exercício das funções.*

5. O Decreto nº 5.123/2004, que regulamenta a Lei nº 10.826/2003, é expresso, ao consignar, no art. 33, que o direito ao porte de arma aos agentes é reconhecido em razão de suas funções institucionais.

6. Não há que se conferir ao dispositivo uma interpretação extensiva, eis que qualquer outorga de isenção de pagamento de taxa enquanto espécie tributária, deve ser interpretada literalmente, nos termos do art. , 111, II, do Código Tributário Nacional.

7. Apelação provida" (fls. 148/149e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados (fls. 183/186e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 6º, II, § 2º e 11 da Lei 10.826/2003 e aos arts. 30 e 40 da CF/88, "defendendo que o servidor inativo goza da mesma condição de servidor público, sendo-lhe, portanto, garantida a conservação da sua autorização de porte de arma, como se na ativa estivesse, sem que precise efetuar pagamento da referida taxa" (fl. 201e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial, "reconhecendo a legalidade da isenção das taxas para registro, renovação, transferência e expedição de segunda via de registro de arma de fogo por parte de agente do agente público federal que se encontra na inatividade, com espeque nos argumentos de fato e de direito exaustivamente expostos, inclusive com a condenação dos Recorridos aos ônus da sucumbência" (fl. 202e).

Contrarrazões a fls. 223/229e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 231e).

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, a análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, consoante pacífica jurisprudência do STJ.

No mérito, o Tribunal de origem asseverou a legalidade na cobrança prevista no art. 11 da Lei 10.826/03, que dispõe acerca da cobrança de taxas pela prestação de

serviços de registro, renovação, expedição de segunda via e porte de arma de fogo, no caso de policiais inativos.

Com efeito, este Corte, em caso análogo, no julgamento do REsp 1.530.017/PR, de relatoria da Ministra REGINA HELENA COSTA, entendeu que **"ausente previsão legal expressa autorizadora da extensão do benefício fiscal aos policiais rodoviários federais aposentados, a exegese que se coaduna com a outorga do benefício fiscal do art. 11, § 2º, da Lei n. 10.826/03, é aquela segundo a qual a norma isentiva deve alcançar apenas a esfera jurídica dos policiais no exercício efetivo do cargo"** (STJ, REsp 1.530.017/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/09/2017).

Nesse mesmo sentido, o recente precedente:

**"TRIBUTÁRIO. BENEFÍCIO FISCAL. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. ACÓRDÃO EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. ADMISSIBILIDADE IMPLÍCITA.**

**I - Na origem o Sindicato dos Policiais Federais no Estado do Paraná pretende declarar o direito dos substituídos à isenção das taxas previstas nos arts. 11, § 2º, e 6º, II, da Lei n. 10.826/2003, bem como para condenar a União Federal (Fazenda Nacional) a se abster da cobrança das taxas previstas no art. 11 da Lei n. 10.826/03, para todos os servidores da Polícia Federal do Estado do Paraná, ativos e inativos, assim como condená-la ao pagamento da restituição dos valores porventura já pagos a tal título, tudo com a incidência de juros legais e correção monetária. Na sentença julgou-se procedente o pedido. No acórdão, a sentença foi mantida. Na decisão recorrida, deu-se provimento ao recurso especial para julgar improcedente o pedido.**

II - A Corte Especial deste Tribunal já se manifestou no sentido de que o juízo de admissibilidade do especial pode ser realizado de forma implícita, sem necessidade de exposição de motivos. Assim, o exame de mérito recursal já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito pelo julgador a esse respeito. (REsp n. 1.119.820/PI, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe 19/12/2014). No mesmo sentido: AgRg no REsp n. 1.429.300/SC, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25/6/2015; AgRg no Ag n. 1.421.517/AL, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 3/4/2014.)

III - Não há previsão legal expressa que autorize a extensão do benefício fiscal de isenção, prevista no art. 11, § 2º, da Lei n. 10.826/2003, aos policiais aposentados. Assim, é de rigor a manutenção da cobrança de taxas para o registro e renovação do porte de arma de fogo. Nesse mesmo sentido: REsp 1.530.017/PR, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, julgado em 21/9/2017, DJe 29/9/2017.

IV - Correta, portanto, a decisão que deu provimento ao recurso especial.

V - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.632.588/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/03/2019).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora